

Origem do Serviço de Parques Infantis no Estado do Amazonas

*Kelly Rocha de Matos Vasconcelos**

*Pérsida da Silva Ribeiro Miki***

Resumo

O objetivo deste estudo, resultante de uma pesquisa de Mestrado em Educação, é compreender os aspectos históricos dos Parques Infantis no Estado do Amazonas. A história social e cultural fundamenta esta pesquisa sobre a realidade educacional e social das décadas de 1930 e 1940 no Amazonas, construindo relações entre os cenários local, nacional e mundial. Por meio de pesquisa documental, foram analisadas 1872 publicações de Diários Oficiais do Estado do Amazonas entre os anos de 1937 a 1943, dos quais apenas 178 documentos traziam alguma informação sobre o tema. Em 1940 o prefeito de Manaus Antônio Botelho Maia cria o Serviço Municipal de Parques Infantis na capital e inicia a construção do primeiro Parque Infantil no Parque 10 de novembro que foi inaugurado no dia 19 de abril de 1943, em homenagem ao aniversário do então presidente Getúlio Vargas. No dia 6 de setembro de 1944, inaugurava-se um velódromo em um outro PI: o Parque Infantil Ribeiro Júnior, em comemoração à Semana da Pátria, onde foi possível perceber o caráter cívico e patriótico que se revelava na finalidade eugênica destes espaços educativos não formais.

Palavras-chave: Parques Infantis. Parques Infantis no Amazonas. História da Educação no Amazonas. Políticas para a infância.

* Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: kellymattos_am@hotmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1143-8388>

** Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: persidamiki@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3684-681X>

Origen del Servicio de Parques Infantiles en el Estado de Amazonas

Resumen

El objetivo de este estudio, resultante de una investigación de maestría en Educación, es comprender los aspectos históricos de los Parques Infantiles en el Estado de Amazonas. La historia social y cultural fundamenta esta investigación sobre la realidad educativa y social de las décadas de 1930 y 1940 en el Amazonas, construyendo relaciones entre los escenarios local, nacional y mundial. Por medio de investigación documental, se analizaron 1872 publicaciones de diarios oficiales del Estado de Amazonas entre los años 1937 a 1943, de los cuales sólo 178 documentos traían alguna información sobre el tema. En 1940 el alcalde de Manaus Antônio Botelho Maia crea el Servicio Municipal de Parques Infantiles en la capital e inicia la construcción del primer Parque Infantil en el Parque 10 de noviembre que fue inaugurado el 19 de abril de 1943 en homenaje al cumpleaños del entonces presidente Getúlio Vargas. El 6 de septiembre de 1944, se inauguraba un velódromo en otro PI: el Parque Infantil Ribeiro Júnior, por motivo de la celebración de la Semana de la Patria, donde fué posible percibir el carácter cívico y patriótico que se revelaba en la finalidad eugenésica de estos espacios educativos formal.

Palabras clave: Parques Infantiles. Parques Infantiles en el Amazonas. Historia de la Educación en el Amazonas. Políticas para la infancia.

Origin of Children's Playgrounds Service in the State of Amazonas

Abstract

The objective of this study, resulting from a Master 's Degree paper in Education, is to understand the historical aspects of Children' s Playgrounds in the State of Amazonas. Social and cultural history gives basis for this research on the educational and social reality of the 1930s and 1940s in Amazonas, building relationships between local, national and global scenarios. Through documentary research, 1872 publications of Official Gazettes of the State of Amazonas between 1937 and 1943 were analyzed, of which only 178 documents brought some information about the subject. In 1940 the mayor of Manaus Antônio Botelho Maia created the Municipal Service of Children's Playgrounds in the capital and began the construction of the first Children's Playground in Parque 10 de Novembro which was inaugurated on April 19, 1943, in honor of the birthday of then-President Getúlio Vargas. On September 6, 1944, a velodrome was inaugurated in another play area: Ribeiro Júnior Playground, in commemoration of the Week of the Motherland, where it was possible to perceive the civic and patriotic character that was revealed in the eugenic purpose of these informal educational spaces.

Keywords: Children's Playgrounds. Children's Playgrounds in the Amazon. History of Education in the Amazon. Policies for Childhood.



Introdução

Esta pesquisa tem a preocupação de estudar, em âmbito local, a existência das instituições educacionais reconhecidas como “Parques Infantis”, na década de 1940, no estado do Amazonas. Além disto, objetiva-se: contextualizar os pressupostos históricos determinantes para a existência de um serviço de Parques Infantis - PIs no Amazonas, explicando os motivos políticos que deram origem a esse serviço.

A pesquisa apresenta caráter original, uma vez que a escassez de estudos historiográficos no campo da educação infantil no Amazonas ainda é uma realidade.

No Amazonas, pretende-se revelar aspectos da origem e propagação dos PIs e as possíveis relações que permearam este cenário, a partir da perspectiva da história social e cultural. Em um levantamento preliminar nos sítios acadêmicos, observou-se que de 33 (trinta e três) teses e dissertações, levantadas até setembro de 2017, 21 (vinte e uma) possuem como tema principal os Parques Infantis em algumas cidades do Brasil. 12 (doze) tratam do período histórico brasileiro, no qual o início desta pesquisa se situa, ou seja, décadas de 1930 e 1940 do século XX, das quais 7 (sete) são sobre o cenário histórico e político deste período na cidade de Manaus e apenas uma, destas sete últimas, cita, brevemente, o então prefeito Antônio Botelho Maia.

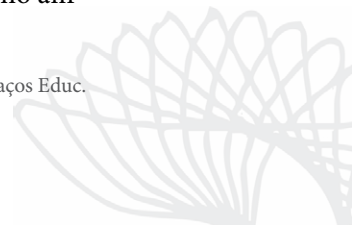
Tal informação conduziu-nos a abrir uma incógnita na qual se buscou compreender qual seria o motivo da ausência de pesquisas com relação aos Parques Infantis no Amazonas? Quais as motivações do prefeito Antônio Botelho Maia em informar às autoridades de que um Parque Infantil seria construído em Manaus? Qual seria a veracidade desta informação? Ou ainda, a importância ou impacto para o contexto da época? Buscamos uma compreensão não apenas da instituição parque infantil em si, mas das relações políticas, sociais e culturais existentes nele, no período delimitado para isso, de 1936 a 1941, justamente, por não se tratar de um trabalho *educêntrico*.

Fez-se necessário pesquisar que criança estas instituições (Parques Infantis) viviam atender e que concepções de infância se defendia, examinando-se as políticas educacionais do período a partir de uma perspectiva social e cultural, com fundamentação na lógica histórica e no materialismo histórico (THOMPSON, 1981; BURKE, 2005).

Para o estudo destes aspectos, surgiram dificuldades advindas da escassez de literatura e de fontes que pudessem fornecer informações sobre o assunto e de encontrar pessoas que se disponibilizassem em fornecer informações sobre o tema. Além disso, nos registros iconográficos da época, poucas informações sobre a infância dos pobres foram encontradas.

1 Construindo Nexos Entre os Parques Infantis no Brasil e no Mundo

Esta pesquisa sobre a história da educação infantil caminha pelas instituições voltadas para a infância. Observou-se que esta temática, marginalizada pela história oficial, apresenta-se relevante pelos movimentos historiográficos atuais. A infância, vista como uma condição da criança está atraindo o interesse dos pesquisadores, como afirma Balsera:



Em las três últimas décadas escribir sobre la infância em la historia o sobre la historia de la infância há sido um tema que estaba de moda (Bardet, 2003; Becchi y Julia, 1998; Fass, 2004 y 2006; Padilla y otros, 2008; [...]) Parece haber existido como uma espécie de ajustes de cuentas no solo com la historia, sino com la experiencia pessoal de los adultos, y también um encuentro com los niños y niñas de otros mundos y de otras épocas. Esta explosión historiográfica también tiene que ver mucho con el contexto em ele que se há producido, marcado por unas décadas donde la situación de vulnerabilidade de la infância se há hecho más visible (BAL-SERA, 2015, p. 8).

Os estudos sobre os parques infantis apresentam-se com diferentes explicações quanto à sua origem. Kulhmann Júnior e Fernandes (2014) trazem uma classificação de Silva (2008) em dois tipos: o de autores que atribuem a Mário de Andrade a influência direta na criação destes espaços (ABDANUR, 1994; FARIA, 1999; GOBBI, 2004); e o outro ao dos que observam a influência de outros agentes e instituições (FILIZZOLA, 2002; SANTOS, 2005; GUEDES, 2006).

Miranda (1941) apresenta duas causas as quais são classificadas como “causa remota” e “causa próxima”. A primeira relacionada às ideias de Froebel, e a segunda “às condições político-sociais da Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana.” (p. 4).

Na América, a partir de 1800 já existiam em Boston espaços recreativos para as crianças, o que se consolidou com a “Playground Association of America” - PAA, em 1906 (GOMES, 2003).

Christianne Luce Gomes, em sua tese de doutorado intitulada “Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)”, revela o pioneirismo da prefeitura da cidade de Porto Alegre em implantar no ano de 1926, um serviço de recreação trazido dos Estados Unidos, pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, a partir de seus conhecimentos e experiências relacionados à Educação Física nas Associações Cristãs de Moços – ACMs.

O referido pesquisador defendeu a ideia da recreação no Brasil, onde “[...] deveriam ser implantados, nos municípios brasileiros, ‘Jardins de recreio’, [...] ‘praças de desportos’ ou ‘praças de recreio.’” (GOMES, 2003, p. 106). Para isso, foram instaladas praças inspiradas nas existentes no Uruguai, e similares às vistas por Galzer nos EUA, onde eram realizadas atividades semelhantes às que se realizavam nos parques alemães (GOMES, 2003).

Encontramos, ainda, em produções de André Dalben (2016) e Nicanor Miranda (1941) registros de outras formas de recreação e educação ao ar livre. Para Dalben, “[...] o primeiro equipamento de recreação infantil de São Paulo, construído no Parque Dom Pedro II” teve sua inauguração no final de 1931, na gestão do prefeito Anhaia Mello (DALBEN, 2016, p. 18). Neste contexto, dentro das relações sociais e culturais nas quais os parques infantis se encontravam, há também o caráter recreativo da proposta dos parques infantis, que foi considerado como um dos aspectos desta investigação.

No entanto, parece que esta preocupação com o local de instalação destes parques revela que a finalidade aparente nos documentos legais seria a da recreação, dentro de um contexto histórico e social no qual estava inserida a instituição e seus sujeitos. Sua origem seria impulsionada por um projeto de nacionalização, de influência norte-americana, nas relações internacionais, que já eram presentes em um momento anterior,

especialmente, quanto ao Brasil e aos demais países latino-americanos, o qual se buscava modernizar a sociedade brasileira (KUHLMANN Jr., 2002).

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, o pensamento dominante era o de que o progresso de uma nação estava associado ao conceito de civilização, que deveria ultrapassar os muros escolares, principalmente, para os filhos das classes subalternas (KUHLMANN Jr., 2010). Defendia-se a mudança no cenário educacional brasileiro que, até o final do século XIX, apresentava livros estrangeiros onde não se estudavam os conceitos de nação e civismo, por exemplo, afirmando que o problema da educação, ou ausência dela, influenciava, diretamente, nas eleições (VERÍSSIMO, 1906).

Ao se realizar um levantamento preliminar, encontramos um indício, no documento de Nicanor Miranda, da existência de um Parque Infantil em Manaus, criado pelo prefeito Botelho Maia. Com isso, tem-se como compromisso epistemológico tentar revelar o que está oculto, silenciado há mais de sete décadas, levantando algumas possibilidades para o motivo deste silêncio. Este silenciamento é observado em documentos primários, jornais e diários oficiais, onde os relatos sobre experiências das crianças aparecem “[...] incompletos na melhor e distorcidos na pior das hipóteses” (HISIUNG, 2005, p. 4). Trata-se de um espaço em branco, citado por Chartier (1990), e que será aqui usado à luz da teoria da história, no intuito de “[...] organizar o passado em função do presente”, fazendo o que Febvre chamou de função social da história (FEBVRE, 1985).

Esta organização só é possível mediante os documentos encontrados que, provavelmente, estejam adormecidos em caixas, em armários, ou em depósitos de arquivos. Trata-se de “letra morta”, as quais ninguém antes se “[...] abalançou a sacudir a poeira desses velhos papéis.” (FEBVRE, 1985, p. 257-258). A partir do momento que esses documentos são descobertos, eles passam a ter voz, e deixam de ser indícios.

Uma vez encontrados, estes documentos puderam ser revelados por meio da análise do pesquisador, na forma de “vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida ao controlo, das realidades que os produziram”, esclarecendo que:

A questão sugeriu durante muito tempo uma resposta de tipo filológico, ligando a verdade da escrita histórica ao correcto exercício da crítica documental ou ao devido manejo das técnicas de análise dos materiais históricos. Esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controlo, verificando ou desqualificando, numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem. Apoiada deste modo nos seus processos mais objectivos, a história pode, ao mesmo tempo, ser diferenciada da fábula ou da ficção e ser validada como reconstituição objetiva do passado conhecido através de indícios, isto é, da realidade reconhecida a partir dos seus vestígios (CHARTIER, 1990, p. 85).

No decorrer da investigação, a partir das fontes encontradas e problematizadas, pudemos construir a narrativa que, “[...] Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis” (HOBSBAWM, 1998, p. 286-287).



2 Parques Infantis no Amazonas: Antecedentes Históricos

O ano de 1937 foi decisivo em muitos aspectos referentes às políticas educacionais no Brasil e inicia com uma nova organização do Ministério da Educação e Saúde e com a instituição das Conferências Nacionais de Educação e Saúde, por meio da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937:

Art.90. Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o país, e a orientá-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1941, p. 5).

O Amazonas era governado por Álvaro Maia que em 1º de fevereiro de 1937, por meio do Decreto nº 112, instituía o Departamento de Educação e Cultura, sendo nomeado para o cargo de diretor o professor Themístocles Gadelha que assume as responsabilidades da antiga *Diretoria-Geral-da-Instrução-Pública* (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p 55).

O Ministro Gustavo Capanema durante a posse dos diretores do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional de Educação proferiu discurso em que reafirma o seu objetivo de:

[...] articular-se estreitamente com os governos estaduais e os particulares, a fim de prestar-lhes cooperação e assistência, não só técnica como financeira. Para tornar possível esta ação nacional, a que procederá uma constante vigilância em torno das necessidades reais do país, no tocante ao ensino ou à saúde, foi que a citada refórma instituiu as delegacias federais de educação, e as de saúde, tantas quantas em regiões em que, para esse efeito, dividiu o território nacional (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

O atendimento à escolarização no Amazonas era insuficiente diante da demanda de crianças em idade escolar, uma das ações governamentais foi a construção de pavilhões de Madeira, com a justificativa de falta de verbas, devido à falta de espaços formais de educação. Estes pavilhões foram inspirados em países com grandes recursos, a exemplo dos Estados Unidos. Neles havia aposentos para professora, e ficavam localizados “[...] na estrada de Flores, bairros de Flores, Educandos, São Raimundo, Bombeamento, Curari, [...] outros em Janauacá, Autaz Miri, Atumã e Benjamin Constant”. Os pavilhões de madeira eram considerados como uma alternativa duradoura de construção, pois poderiam resistir por mais de 20 anos (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p. 57).

Políticas de proteção à infância eram criadas e a educação “[...] aparece como um fator estruturante da sociedade ‘moderna’” (FREITAS, KUHLMANN Jr., 2002, p. 465). Dois documentos da década de 1940 revelam a política governamental dos PIs relacionada ao Estado do Amazonas. O primeiro de caráter nacional, que instigou essa investigação, de Nicanor Miranda, intitulado *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de*

Jogos (1941), que informa que um Parque Infantil estaria sendo construído na cidade de Manaus, conforme um documento informativo encaminhado pelo prefeito de Manaus.

O “achado” no documento informativo motivou-nos a pesquisa no *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, a partir do ano de 1937, onde encontramos, na data de 19 de fevereiro de 1940, a comprovação da criação do Serviço de Parques Infantis na Prefeitura Municipal de Manaus.

O documento *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*, de Nicanor Miranda (1941) não cita a autoria de Mário de Andrade na criação dos PIs, provavelmente, devido ao seu afastamento do cargo de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, neste período.

A partir de 1938, já foi possível observar notícias nos periódicos locais amazonenses sobre a construção do primeiro Parque Infantil do Amazonas, que seria nomeado como Parque Dez de Novembro, data que marca o início do Estado Novo e a criação de uma série de políticas pensadas para controlar o tempo livre da população pobre e desvalida. Contudo, a criação do Serviço Municipal de Parques Infantis no Amazonas (1940) estava relacionada às influências, principalmente, dos Estados Unidos (na forma de playground) e, especificamente, no Brasil, à política nacional de assistência e proteção à criança e aos adolescentes desfavorecidos, economicamente, que em sua maioria, eram filhos de operários.

Em uma exposição realizada pelo interventor federal Álvaro Maia ao presidente Getúlio Vargas, correspondente ao período de outubro de 1939 a maio de 1940, informa-se que o Parque 10 de Novembro já estaria em via de conclusão, e que o local seria “[...] destinado à cultura física da infância e da juventude, sem exclusão doutras finalidades recreativas puramente populares [...]” (AMAZONAS- Exposição 10/1939 – 05/1940, p. 41).

Em virtude da ampla divulgação dos Parques Infantis no Brasil e no mundo e dos graves problemas que assolavam a realidade amazonense, o prefeito de Manaus, Antônio Botelho Maia cria o Serviço Municipal de Parques Infantis. O *Diário Oficial do Estado do Amazonas* (19/02/1940) traz o Ato de criação nº 135 do Serviço de Parques Infantis na cidade de Manaus/AM, feito pelo Prefeito Antônio Botelho Maia, vinculado ao Juizado de Menores da Capital. Essa criação foi mencionada por Nicanor Miranda (1941), ao defender a proliferação dos PIs no Brasil.

Esta política foi engendrada no período conhecido como Estado Novo, que vigorou entre 1937 a 1945. O objetivo pertencente a essa política era o de ocupar as crianças e adolescentes com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola (KUHLMANN Jr, 2000; 2002; NAGLE, 2009; HILSDORF, 2011).

No Amazonas, essa política talvez não tenha iniciado de forma estruturante, pois a direção do PIs deveria ficar sob a responsabilidade da Psicologia Infantil ou da Pedagogia, porém, sem remuneração. Cabia à prefeitura o fornecimento de “livro de registro, fichário, aparelhos de cultura moral, intelectual e física, e aparelhos de antropometria.” (AMAZONAS, *Diário Oficial do Estado*, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

A previsão de instalação do PIs na zona Mindu, no Parque Municipal 10 de Novembro, em construção em 1940, era justificada pela área ampla com jogos, campos e

abrigos, com destinação aos “menores”, dentro de uma concepção médico-sanitarista, além do caráter civilizatório. Assim, a comprovação da existência dos Parques Infantis no Amazonas amplia as possibilidades para os estudos sobre a história da educação na infância carente de investigações, especialmente, no Estado do Amazonas.

Diante da escassez de recursos financeiros, adotavam-se medidas paliativas, a exemplo das escolas de emergência, dos pavilhões de madeira e da má remuneração, falta de valorização e falta de investimento na formação do professor, especialmente, no interior do Estado. Diante disso, estima-se que o investimento em políticas sociais começou com a construção de espaços não formais alternativos, onde a criança operária, no discurso do governo, teria acesso à educação, à saúde e à prática recreativa. Seria retirada das ruas, diminuindo, assim, o quantitativo de crianças recolhidas pelo juizado, proporcionando-as um espaço seguro e prevenindo-as da ociosidade.

Para a construção do primeiro Parque Infantil no Estado, foi criado um Decreto-lei nº 139, de 31 de maio de 1940, abrindo crédito especial no orçamento vigente e que o parque infantil, seria construído como “[...] parte integrante do parque de diversões e educação física ‘10 de novembro’¹, já em construção” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 31 de maio de 1940, p. 4).

Em edição comemorativa do 5º aniversário do Estado Novo, o Diário Oficial do Amazonas trouxe alguns detalhes da construção do Parque Dez de Novembro, como uma das realizações da administração da prefeitura de Manaus entre 1935 e 1941:

Com o intuito de contribuir para a cultura física da infância e juventude foi iniciada em 1939 a construção de um grande parque, que recebeu posteriormente a denominação de “10 de NOVEMBRO”, à margem do igarapé do Mindú. Ocupando uma área de 50 hectares, constituída de terreno silico-argiloso e coberta por um admirável bosque natural[...] recortado por um igarapé de águas cristalinas e dista cinco quilômetros do centro urbano.[...] O igarapé está moldado à feição de piscina no sentido N.S.L.O., tendo o eixo L.O. cem metros de comprimento e o N.S. cinquenta e dois e meio metros por quinze de largura em toda a sua extensão.[...] Por entre o arvoredo estão construídos pavilhões em estilo japonês e marajoara e em local pitoresco do parque será instalado um Play-ground provido de aparelhos de ginástica e diversões para a petisada (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 10 de novembro de 1942, p. 10-11).

Outro Parque Infantil também estava sendo construído em Manaus na década de 1940: o Parque Infantil Ribeiro Júnior, segundo relata André Vidal de Araújo, na publicação de 30 de setembro de 1940:

Os primeiros trabalhos já ali, vêm sendo feitos nesse sentido pelos pequenos correccionais da Escola “Melo Matos”, juntamente com alguns meninos do bairro da Cachoeirinha. E porque o Juizado disponha de verbas diminutas para levantar tão grande utilidade, justo é que todos acorram ao encontro dos pequenos desamparados e lhes proporcionem as alegrias que eles desejam e têm direito de gozar (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 30 de setembro de 1940, p. 1).

1 O nome foi escolhido em homenagem ao Estado Novo, que tinha seu aniversário comemorado nas publicações oficiais do país na época.

Diante do referido cenário, observamos que a preocupação com a infância do Amazonas tornou-se uma questão nacional, diante do fato de que, para Bonfim (2017), a sociedade brasileira era marcada por desigualdades em virtude do processo de urbanização, preocupação com a formação de trabalhadores, exploração da força de trabalho, epidemias e alto índice de mortalidade. Esse fato pode ser observado nesta publicação do jornal “A manhã” da cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942, reproduzida no Diário Oficial do Amazonas com o título “Imigração e Colonização”:

[...] o principal problema Amazônico é da falta do braço trabalhador.
Escassíssima é a sua população, insuficiente para tirar da terra ferraz, das suas imensas florestas, dos seus seringais intermináveis, todas as riquezas que encerram. Como remediar semelhante falta?
Pela imigração.
Mas como esta não é possível contar, conforme muito bem acentuou, em memorial endereçado ao sr. Presidente da República, a Associação Comercial de Manaus, dadas as características da região, sem condições apreciáveis de habitabilidade, desprovida de assistência médica e educacional e onde a produção a realizar oferece frequentes síncope de preços, que tornam inapetecível qualquer aventura imigratória. [...] (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 24 de janeiro de 1942, p. 2).

O Parque Dez de Novembro foi inaugurado em 19 de abril de 1943, data natalícia do presidente Getúlio Vargas. Abrangia uma vasta área bosqueada, medindo cinquenta hectares, atravessada por uma piscina construída, a partir de um igarapé de águas cristalinas, cujo leito era composto por areia.

Com relação ao Parque Infantil Ribeiro Júnior, até o momento, não foram encontradas provas de uma inauguração desse Parque, e sim do velódromo existente em suas dependências, construído pelo engenheiro Deodoro Freire, no dia 06 de setembro de 1944, a ser realizada às 20 horas como parte da programação de comemoração à Semana da Pátria (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de setembro de 1944).

O velódromo receberia o nome de “Álvaro Maia” que, de acordo com Wanderlan Santos Mota em seu livro *Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O papel das políticas públicas*, “Era o local de maior festividade da cidade e ponto de encontro das classes sociais mais favorecidas.” (MOTA, 2008, p. 71-72). Com isso, abrem-se as perspectivas de se pensar na possibilidade dos PIs estarem direcionados a aspectos culturais e urbanos de Manaus que pudessem atender tanto às crianças pobres e filhas de operários quanto às da elite. Estes dois primeiros parques apresentavam algumas características em comum: construções em espaços amplos, realização de atividades desportivas e recreativas em suas dependências.

Considerações Finais

Voltar os olhos para a história social e cultural do Amazonas exige um olhar atento e uma busca minuciosa e exaustiva, em virtude da escassez de documentos e produções que estudem o passado do Estado e da cidade de Manaus. Cada documento encontrado se constituiu em uma peça de um quebra-cabeça na tentativa de se entrever resquícios de um fragmento temporal.



A dificuldade de se pesquisar sobre um sujeito que não tem voz nos documentos leva ao desafio de se percorrer sobre as instituições destinadas a atenderem as crianças, assim como as representações dos adultos junto a esse atendimento. Diante disso, os PIs se constituíram como uma dessas instituições no Estado Novo.

Ao analisar a história da educação da infância no Amazonas observamos que: “Por trás dessa história invertida, e ao mesmo tempo fragmentada- já que, fazendo-se pelos indícios, ela multiplica os pontos de observação-, também surgem os problemas materiais e a crise de consciência da sociedade em que se escreve.” (SCHIMITT, 2005, p. 352).

Constatamos que a inauguração destes espaços, com destinação inicial à criança operária e menores desvalidos, foi tomando outras configurações com o passar do tempo. Parece que estes espaços foram ocupados, posteriormente, por classes mais abastadas, o que levanta a questão das políticas públicas frente à garantia do acesso da criança pobre as atividades de lazer.

Conseguimos aqui compreender que as políticas públicas, voltadas para a infância das décadas de 1930 e 1940, chegaram ao Amazonas, como em efeito cascata: as políticas nacionais materializando-se por meio de políticas regionais. Contudo, infere-se que em virtude da falta de investimento e planejamento dos governantes, levando em consideração as características geográficas, sociais e culturais do Amazonas, estas políticas não atenderam, plenamente, à criança pobre, que continuou marginalizada e carente de atendimentos básicos e essenciais de saúde, educação e lazer.

Diante de tal constatação é que percebemos a relevância da compreensão dos serviços públicos voltados para a criança, como foram os Parques Infantis, na tentativa de retratar a história da educação do Amazonas. Isso tem contribuído para enriquecimento de estudos de acadêmicos, professores, alunos e da comunidade, bem como daqueles que buscam compreender como tem se dado a educação infantil no Estado, a partir de suas origens na relação da educação das crianças de uma forma geral, em se tratando da institucionalização dessa modalidade de educação.

REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth. **Parques infantis de Mario de Andrade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. SP, 36: 263-270, 1994.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 03 de maio de 1937, ano VLIV, número 12553. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p. 3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 31 de maio de 1940, ano XLVII, número 13447. Estado Federal do Amazonas, p. 4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 24 de janeiro de 1942, ano XLIX, número 13935. Estado Federal do Amazonas, p. 2.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 10 de novembro de 1942, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 8, 10-11.

AMAZONAS- *Exposição do Interventor Federal*. 10/1939 – 05/1940.

AMAZONAS, Juízo Preventivo dos Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 30 de set. de 1940, ANO III, número 91. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

BALSERA, Dávila Pauli. **El Lugar la representación de la infancia em la Historia de la Educacion. Espacio, Tiempo y Educacion. 2 (1), p. 7-16, 2015.**

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez, 1999.

DALBEN, André. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. In: **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.3-27, 11 dez. 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8643241>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8643241/pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, Ltda. 1985.

GOBBI, Maria Aparecida. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOMES, Christianne Luce. Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). **Tese de doutorado**. Belo Horizonte: UFMH/FaE, 2003.

GUEDES, Lizandra. **Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.**

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**. São Paulo : Cengage Learning, 2011.

HISIUNG, Ping-Chen. **A Tender Voyage: Children and Childhood in Late Imperial China**. Califórnia: Stanford University; Chian Ching-kuo Foundation for International Scholarly Exchange, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 06 de setembro de 1944, p.4.

KUHLMANN Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, mai/jun/jul/ago, 2000.

KUHLMANN Jr., Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M.C.de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN Jr., Moysés. Infância, história e educação. In: **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p.693-716, set. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/STIVENWSKY/Downloads/dialogo-14719.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis, e parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Documentação. Folheto N.5. **1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**. 1941. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_1.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MOTA, Wanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O Papel das Políticas Públicas**. Manaus: Editora Valer, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Maria Walburga dos. **Educadora dos parques infantis de São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

Kelly Rocha de Matos Vasconcelos

Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2018). Pós-graduação em Metodologia do Ensino da História (2014). Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2012) com habilitação em gestão escolar e docência para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. É Membro do Grupo de pesquisa: “Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais” da UFAM. Atualmente é funcionária pública municipal, atuando como assessora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Manaus (SEMED). Tem experiência em orientação e supervisão educacional na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos e docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, no Ensino Médio e em cursos profissionalizantes de inglês básico e intermediário.

Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Possui Doutorado em Educação pela Universidade São Francisco (2014). Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2000). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Amazonas (1996). Graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1996). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1991). Atualmente é professora associada I da Universidade Federal do Amazonas e professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - UFAM. É Membro dos Grupos de pesquisa “Educação e Infância: Políticas e Práticas da Fundação Carlos Chagas; e do “Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais” da UFAM. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa educacional, história da educação infantil, formação de professores, metodologias educacionais, planejamento, estágio e TCC.